

STJ00099430



VLADIMIR POLÍZIO JÚNIOR

NOVO CÓDIGO FLORESTAL

2ª edição
Atualizada e ampliada

coord. e organização de

Comentado artigo por artigo,
anotado e comparado com o
Código Florestal de 1965.

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

Expediente

Presidente e Editor	Italo Amadio
Diretora Editorial	Katia F. Amadio
Equipe técnica	Kim Vieira Patrícia Carvalho
Revisão	Equipe Rideel
Diagramação	Sheila Fahl/Projeto e Imagem
Produção Gráfica	Hélio Ramos
Impressão	RR Donnelley

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Polízio Júnior, Vladimir

Novo código florestal – comentado artigo por artigo, anotado e comparado com o Código Florestal de 1965 / Vladimir Polízio Júnior. 2 ed. atualizada e ampliada – São Paulo : Rideel, 2014.

ISBN 978-85-339-2915-9

1. Política florestal – Brasil 2. Florestas – Legislação – Brasil
3. Direito ambiental I. Título

13-1026

CDD 346.8104675

Índice para catálogo sistemático:

1. Política florestal - Brasil

Edition Atualizada até 3-1-2014

© Copyright – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP

e-mail: sac@rideel.com.br

www.editorarideel.com.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SIQUEIRA

Proibida a reprodução, mecânica ou eletrônica,
total ou parcial, sem prévia permissão por escrito do editor.

Nº

DATA

135798642

0114

Sumário

NOVO CÓDIGO FLORESTAL COMENTADO	1	Inciso III	34
• Índice Sistemático	3	Inciso IV	34
• Novo Código Florestal Comentado	5	<i>O que aconteceu em 22-7-2008?</i>	35
Capítulo I – Disposições gerais – arts. 1º a 3º	5	Inciso V	35
Art. 1º	5	<i>Módulo fiscal</i>	35
Art. 1º-A	6	Inciso VI	36
MP nº 571	7	Inciso VII	36
Parágrafo único	8	Inciso VIII	36
Inciso I	8	<i>Resolução nº 369 do CONAMA</i>	36
Art. 225 da CF	9	<i>O que é uma "Resolução do CONAMA"?</i>	37
Inciso II	13	Inciso IX	39
Inciso III	13	<i>Resolução nº 369 do CONAMA</i>	39
<i>Uso produtivo da terra</i>	13	Inciso X	41
<i>Serviços coletivos das florestas</i>	14	<i>Impacto ambiental</i>	41
<i>Só para florestas?</i>	14	<i>Ecoturismo</i>	42
Inciso IV	14	<i>Trilhas</i>	42
Inciso V	15	<i>Comunidades quilombolas</i>	43
Inciso VI	15	<i>Manejo florestal</i>	44
Art. 2º	15	Inciso XI	45
<i>A lei protege florestas ou vegetação?</i>	16	Inciso XII	45
<i>"Bens de interesse comum a todos os habitantes do País"</i>	16	<i>Curiosidade</i>	45
Habitante	16	<i>Lei nº 12.651/2012</i>	46
País	17	MP nº 571	46
Habitante do País	17	Inciso XIII	46
Brasileiro no exterior	17	<i>Mangue ou manguezal</i>	46
Interpretação conforme	17	Inciso XIV	47
Pessoa jurídica	18	<i>Salgado/marismas/ apicum</i>	47
Regime jurídico	18	Inciso XV	47
§ 1º	19	Inciso XVI	48
<i>Uso irregular</i>	19	Inciso XVII	48
<i>Rito processual</i>	20	Inciso XVIII	48
<i>Lei nº 6.938/1981</i>	20	Inciso XIX	48
<i>Responsabilidade objetiva</i>	20	Inciso XX	48
<i>Princípio do poluidor-pagador</i>	21	Inciso XXI	49
<i>Reparação de danos pelo poluidor</i>	24	Inciso XXII	49
<i>Princípio do poluidor-pagador: exemplo de interpretação conforme</i>	27	<i>O que é várzea?</i>	49
<i>Queima da palha da cana-de-açúcar</i>	28	Inciso XXIII	51
<i>Outros princípios</i>	28	<i>Legenda de solos pelo IBGE</i>	51
§ 2º	31	Inciso XXIV	52
Art. 3º	31	MP nº 571	52
Inciso I	31	Inciso XXV	52
Inciso II	32	MP nº 571	52
<i>De quem é a obrigação de preservar?</i>	33	<i>Lei nº 8.629/1993</i>	53
<i>Desapropriação indireta</i>	33	Inciso XXVI	53
		Art. 47 da Lei nº 11.977/2009	53
		MP nº 571	54
		Inciso XXVII	54
		MP nº 571	54

Parágrafo único.....	54	MP nº 571.....	75
Capítulo II – Das áreas de preservação permanente – arts. 4º a 9º.....	54	§ 7º.....	76
Seção I – Da delimitação das áreas de preservação permanente – arts. 4º a 6º.....	54	§ 8º.....	76
Art. 4º.....	55	§ 9º.....	76
Art. 2º do revogado Código Florestal.....	55	Região metropolitana/aglomerado urbano.....	76
Isenção tributária.....	55	§ 10.....	76
A proteção aos cursos d'água no antigo Código Florestal.....	57	Revogação do § 10.....	77
Destinação do solo.....	58	Art. 5º.....	77
Classificação doutrinária.....	58	Lei nº 12.651/2012.....	77
Inciso I.....	60	MP nº 571.....	77
Lei nº 12.651/2012.....	60	§ 1º.....	78
Limite das margens.....	64	Lei nº 12.651/2012.....	78
Conflito aparente de normas.....	65	MP nº 571.....	78
Duas teorias para se encontrar o tamanho da margem a ser preservada.....	65	§ 2º.....	78
Inciso II.....	66	O que é o plano ambiental?.....	78
Inciso III.....	67	§ 3º.....	79
Lei nº 12.651/2012.....	67	Art. 6º.....	79
Inciso IV.....	68	O que é “interesse social”?.....	80
Lei nº 12.651/2012.....	68	Inciso I.....	81
MP nº 571.....	68	Inciso II.....	81
Inciso V.....	68	Inciso III.....	82
Inciso VI.....	69	Inciso IV.....	82
Não basta ser restringa, tem de fixar ou de estabilizar?.....	70	Inciso V.....	82
Inciso VII.....	70	Inciso VI.....	83
Inciso VIII.....	70	Inciso VII.....	83
14. Tabuleiros ou chapadas.....	70	Inciso VIII.....	83
Inciso IX.....	71	Inciso IX.....	83
Inciso X.....	72	MP nº 571.....	83
Inciso XI.....	72	Seção II – Do regime de proteção das áreas de preservação permanente – arts. 7º a 9º.....	83
O que são veredas?.....	72	Art. 7º.....	83
Lei nº 12.651/2012.....	72	Proprietário/possuidor.....	83
MP nº 571.....	72	Responsabilidade de pessoa jurídica.....	84
§ 1º.....	72	§ 1º.....	84
O que é reservatório artificial?.....	73	A obrigação de indenizar pelo dano ao meio ambiente.....	85
Lei nº 12.651/2012.....	73	§ 2º.....	87
§ 2º.....	73	§ 3º.....	88
§ 3º.....	73	Art. 8º.....	88
§ 4º.....	74	§ 1º.....	90
MP nº 571.....	74	§ 2º.....	90
§ 5º.....	74	Manguezais.....	90
§ 6º.....	75	Função ecológica do manguezal.....	91
Aquicultura.....	75	§ 3º.....	91
Inciso I.....	75	§ 4º.....	91
Inciso II.....	75	Art. 9º.....	92
Inciso III.....	75	Baixo impacto ambiental.....	92
Inciso IV.....	75	Capítulo III – Das áreas de uso restrito – arts. 10 e 11.....	92
Inciso V.....	75	Art. 10.....	92
		Lei nº 12.651/2012.....	93
		MP nº 571.....	93

Art. 11.....	93	§ 4º	112
<i>O que são "atividades agrosilvopastoris"?</i>	94	<i>Unidade de Conservação da Natureza de</i>	
Capítulo III-A – Do uso ecologicamente susten-		<i>domínio público</i>	113
tável dos apicuns e salgados – art. 11-A.....	94	<i>O que vem a ser "fins de recomposição"?</i> ..	115
Art. 11-A.....	94	<i>Terras indígenas homologadas</i>	115
§ 1º	94	<i>De quem é a competência para reduzir a</i>	
Inciso I.....	95	<i>área de reserva legal?</i>	116
<i>Dec. nº 6.514/2008</i>	95	§ 5º	116
Inciso II.....	95	§ 6º	116
<i>Manguezal</i>	95	§ 7º	116
Inciso III.....	96	§ 8º	117
Inciso IV.....	96	Art. 13.....	117
<i>Disposição adequada</i>	96	Inciso I.....	117
Inciso V.....	96	<i>Área rural consolidada</i>	117
Inciso VI.....	97	<i>Áreas prioritárias para conservação da</i>	
§ 2º	97	<i>biodiversidade</i>	117
§ 3º	97	<i>Áreas prioritárias para conservação dos</i>	
<i>EPIA/RIMA</i>	97	<i>recursos hídricos</i>	118
Inciso I.....	100	<i>Corredores ecológicos</i>	118
<i>E se a soma do antigo empreendimento</i>		<i>Propriedade é igual posse?</i>	119
<i>ao novo ultrapassar o limite?</i>	100	Inciso II.....	119
Inciso II.....	100	§ 1º	119
<i>Potencialmente causador de degradação</i> ... 100		<i>O que é servidão ambiental?</i>	120
Inciso III.....	101	<i>E como funcionava o instituto?</i>	120
§ 4º	101	<i>Lei nº 6.938/1981</i>	120
<i>Decisão motivada</i>	102	§ 2º	120
Inciso I.....	102	Art. 14.....	120
Inciso II.....	102	Inciso I.....	121
Inciso III.....	102	Inciso II.....	121
§ 5º	102	Inciso III.....	121
§ 6º	103	Inciso IV.....	121
§ 7º	103	Inciso V.....	121
<i>MP nº 571</i>	103	§ 1º	122
Capítulo IV – Da área de reserva legal – arts. 12		§ 2º	122
a 25	103	<i>Lei nº 12.651/2012</i>	122
Seção I – Da delimitação da área de reserva		<i>MP nº 571</i>	122
legal – arts. 12 a 16.....	104	Art. 15.....	123
Art. 12.....	104	Inciso I.....	123
<i>Lei nº 12.651/2012</i>	105	Inciso II.....	123
<i>Área sujeita a Reserva Legal</i>	105	Inciso III.....	124
Inciso I.....	107	§ 1º	124
<i>O que é floresta?</i>	107	§ 2º	124
<i>Floresta da Amazônia X floresta da Ama-</i>		§ 3º	124
<i>zônia legal</i>	108	<i>Lei nº 12.651/2012</i>	124
<i>Se um imóvel tiver áreas em florestas e</i>		<i>MP nº 571</i>	124
<i>cerrados?</i>	108	§ 4º	125
<i>Cerrado</i>	109	Inciso I.....	125
Inciso II.....	110	Inciso II.....	125
<i>Reserva Legal na Constituição de 1988</i> 110		Art. 16.....	125
§ 1º	111	<i>Lei nº 12.651/2012</i>	126
§ 2º	112	Parágrafo único.....	126
§ 3º	112		

Seção II – Do regime de proteção da reserva legal – arts. 17 a 24.....	126	Capítulo V – Da supressão de vegetação para uso alternativo do solo – arts. 26 a 28.....	140
Art. 17.....	126	Art. 26.....	140
<i>E se essa vegetação não mais existir?</i>	126	§ 1º.....	141
§ 1º.....	126	§ 2º.....	141
§ 2º.....	127	§ 3º.....	141
<i>E se não houver procedimento simplificado?</i>	127	§ 4º.....	141
§ 3º.....	127	Inciso I.....	141
<i>Lei nº 12.651/2012.....</i>	127	Inciso II.....	141
<i>MP nº 571.....</i>	127	<i>O que é reposição florestal?</i>	142
§ 4º.....	127	<i>O que é compensação florestal?</i>	142
<i>Quando tem início a recomposição?</i>	128	Inciso III.....	142
<i>MP nº 571.....</i>	128	Inciso IV.....	142
Art. 18.....	129	Art. 27.....	142
§ 1º.....	129	<i>O que é compensação do dano?</i>	143
§ 2º.....	129	<i>Mitigação do dano.....</i>	144
§ 3º.....	129	Art. 28.....	144
§ 4º.....	130	Capítulo VI – Do cadastro ambiental rural – arts. 29 e 30.....	144
<i>Lei nº 12.651/2012.....</i>	130	Art. 29.....	144
<i>A reserva legal deve ser registrada no Cartório de Imóveis?</i>	130	<i>O que é “SINIMA”?</i>	146
<i>Ministério Público pode compelir proprietários/ possuidores ao registro?</i>	132	§ 1º.....	146
Art. 19.....	133	<i>Lei nº 12.651/2012.....</i>	146
<i>E se o município não possuir plano diretor?</i>	133	<i>MP nº 571.....</i>	146
Art. 20.....	134	Inciso I.....	147
<i>Sobre a exploração da Reserva Legal, transcrevo parte do voto proferido em Tribunal paulista:</i>	134	Inciso II.....	147
Art. 21.....	135	Inciso III.....	147
Inciso I.....	135	§ 2º.....	148
Inciso II.....	135	<i>Inscrição no cadastro comprova posse?</i>	148
Inciso III.....	135	§ 3º.....	148
Art. 22.....	135	Art. 30.....	148
Inciso I.....	135	Parágrafo único.....	148
<i>O que é “bioma”?</i>	136	Capítulo VII – Da exploração florestal – arts. 31 a 34.....	149
Inciso II.....	136	Art. 31.....	149
<i>Biodiversidade.....</i>	136	§ 1º.....	149
Inciso III.....	137	Inciso I.....	149
<i>Espécie exótica.....</i>	137	Inciso II.....	149
Art. 23.....	137	<i>Madeira na Amazônia.....</i>	149
Art. 24.....	137	Inciso III.....	150
Seção III – Do regime de proteção das áreas verdes urbanas – art. 25.....	138	Inciso IV.....	150
Art. 25.....	138	Inciso V.....	150
Inciso I.....	138	Inciso VI.....	150
Inciso II.....	138	<i>O que é silvicultura?</i>	150
Inciso III.....	138	Inciso VII.....	151
Inciso IV.....	138	Inciso VIII.....	151
<i>Pode uma APP ser incluída em “área verde”?</i>	139	Inciso IX.....	151
		§ 2º.....	151
		§ 3º.....	151
		§ 4º.....	152
		§ 5º.....	152
		§ 6º.....	152

<i>E se não houver procedimento simplificado?</i>	152	§ 5ª	163
§ 7ª	152	MP nº 571.....	163
<i>Florestas públicas de domínio da União</i>	153	Art. 37.....	163
Art. 32.....	153	Lei nº 6.938/1981.....	164
<i>Revogação expressa ou tácita</i>	153	Parágrafo único.....	165
Inciso I.....	153	Capítulo IX – Da proibição do uso de fogo e do controle dos incêndios – arts. 38 a 40.....	166
Inciso II.....	153	Art. 38.....	166
Inciso III.....	153	Inciso I.....	166
Art. 33.....	154	<i>Monitoramento e controle</i>	167
Inciso I.....	154	Inciso II.....	167
Inciso II.....	154	Inciso III.....	167
Inciso III.....	154	§ 1ª	167
Inciso IV.....	154	§ 2ª	168
<i>Biomassa florestal</i>	155	§ 3ª	168
§ 1ª	155	§ 4ª	168
§ 2ª	155	Art. 39.....	168
Inciso I.....	156	Art. 40.....	168
Inciso II.....	156	§ 1ª	169
§ 3ª	156	§ 2ª	169
§ 4ª	156	Capítulo X – Do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente – arts. 41 a 50.....	169
<i>Requisitos para o crédito de reposição florestal</i>	157	Art. 41.....	169
Art. 34.....	157	Lei nº 12.651/2012.....	169
<i>Plano de suprimento sustentável</i>	157	MP nº 571.....	170
§ 1ª	158	Inciso I.....	170
§ 2ª	158	CO ₂	170
Inciso I.....	158	<i>Elementos do clima</i>	171
Inciso II.....	158	Inciso II.....	172
Inciso III.....	158	Lei nº 9.433/1997.....	173
§ 3ª	159	Inciso III.....	173
Inciso I.....	159	§ 1ª	174
Inciso II.....	159	Inciso I.....	174
§ 4ª	159	Inciso II.....	174
§ 5ª	159	<i>Quanto pode ser deduzido?</i>	174
Capítulo VIII – Do controle da origem dos produtos florestais – arts. 35 a 37.....	159	Inciso III.....	174
Art. 35.....	160	§ 2ª	175
Lei nº 12.651/2012.....	160	§ 3ª	175
MP nº 571.....	160	§ 4ª	175
§ 1ª	160	<i>Mercado de carbono</i>	175
§ 2ª	160	<i>Efeito estufa</i>	176
§ 3ª	161	§ 5ª	176
§ 4ª	161	§ 6ª	176
§ 5ª	161	Art. 36 da Lei nº 9.985/2000.....	176
MP nº 571.....	161	§ 7ª	177
Art. 36.....	161	Art. 42.....	177
§ 1ª	162	Lei nº 12.651/2012.....	177
§ 2ª	162	Art. 50 do Dec. nº 6.514/2008.....	177
§ 3ª	162	Art. 43.....	178
<i>Impropriedade do texto</i>	162	Art. 44.....	178
§ 4ª	163	<i>História da CRA</i>	178

Inciso I.....	179	§ 3ª.....	190
Art. 9ª-A da Lei nº 6.938/1981.....	179	Capítulo XI – Do controle do desmatamento –	
Inciso II.....	179	art. 51.....	190
Inciso III.....	180	Art. 51.....	190
Inciso IV.....	180	§ 1ª.....	190
§ 1ª.....	180	§ 2ª.....	191
Proprietário ou possuidor?.....	180	§ 3ª.....	191
§ 2ª.....	181	Capítulo XII – Da agricultura familiar – arts. 52	
§ 3ª.....	181	a 58.....	191
§ 4ª.....	181	Art. 52.....	191
Art. 45.....	182	Art. 53.....	191
§ 1ª.....	182	Parágrafo único.....	192
Inciso I.....	182	Apoio técnico e jurídico.....	192
Inciso II.....	182	Art. 54.....	192
Inciso III.....	182	Sistema intercalar.....	192
Inciso IV.....	182	Consórcio com espécies nativas.....	193
Certidão positiva com efeito de negativa?.....	182	Parágrafo único.....	193
Inciso V.....	183	Art. 55.....	193
§ 2ª.....	183	Art. 56.....	193
Inciso I.....	183	§ 1ª.....	193
Inciso II.....	183	§ 2ª.....	194
Inciso III.....	183	Biomassa.....	194
Inciso IV.....	183	§ 3ª.....	195
Inciso V.....	183	§ 4ª.....	195
§ 3ª.....	184	§ 5ª.....	195
Registro do possuidor.....	184	Art. 57.....	195
§ 4ª.....	184	Inciso I.....	195
Art. 46.....	184	Inciso II.....	195
Fracionamento de CRA.....	184	Inciso III.....	195
Inciso I.....	185	Art. 58.....	196
Inciso II.....	185	Lei nº 12.651/2012.....	196
§ 1ª.....	185	MP nº 571.....	196
Estágio sucessional.....	185	Inciso I.....	196
Tempo de recomposição da floresta nativa.....	186	Inciso II.....	196
Tempo de regeneração da vegetação nativa.....	187	Inciso III.....	196
§ 2ª.....	187	Sistema agroflorestal.....	196
Art. 47.....	187	Sistemas agrossilvopastoris.....	197
Art. 48.....	187	Inciso IV.....	198
§ 1ª.....	188	Inciso V.....	198
O que é CETIP?.....	188	Definição de “recuperação de áreas degradadas”.....	198
§ 2ª.....	188	Inciso VI.....	199
§ 3ª.....	188	Inciso VII.....	199
§ 4ª.....	188	Inciso VIII.....	199
Art. 49.....	189	Capítulo XIII – Disposições transitórias –	
§ 1ª.....	189	arts. 59 a 69.....	200
§ 2ª.....	189	Seção I – Disposições Gerais – arts. 59 e 60.....	200
Art. 50.....	189	Art. 59.....	200
Inciso I.....	189	§ 1ª.....	201
Inciso II.....	189	Art. 24 da CF.....	201
Inciso III.....	189	§ 2ª.....	201
§ 1ª.....	190	§ 3ª.....	202
§ 2ª.....	190		

§ 4º	202	§ 16	224
§ 5º	202	§ 17	225
<i>As multas antigas serão anuladas?</i>	202	§ 18	225
§ 6º	209	Art. 61-B	225
Art. 60	209	<i>MP nº 571</i>	225
<i>Quais as condutas beneficiadas?</i>	209	Inciso I	226
§ 1º	210	Inciso II	226
<i>Prescrição</i>	210	Inciso III	226
<i>Porque "interromper" o prazo?</i>	211	Art. 61-C	226
§ 2º	211	<i>MP nº 571</i>	226
Seção II – Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente – arts. 61 a 65	211	Art. 62	226
Art. 61	211	<i>Níveis de medição de reservatório</i>	227
Art. 61-A	213	<i>Faixa de segurança</i>	227
<i>MP nº 571</i>	213	Art. 63	229
<i>Ecoturismo</i>	215	§ 1º	229
<i>Turismo rural</i>	216	§ 2º	229
§ 1º	216	§ 3º	229
§ 2º	216	<i>O que são "outras atividades agrossilvi- pastoris"?</i>	229
§ 3º	216	Art. 64	230
§ 4º	217	<i>Lei nº 11.977/2009</i>	231
Inciso I	217	<i>Resolução CONAMA nº 369, de 28-3-2006</i>	232
Inciso II	217	§ 1º	234
§ 5º	217	§ 2º	234
<i>MP nº 571</i>	218	Inciso I	234
§ 6º	218	Inciso II	234
Inciso I	218	<i>Saneamento básico</i>	234
Inciso II	218	<i>Sistema de esgoto</i>	235
Inciso III	219	<i>Abastecimento de água</i>	235
Inciso IV	219	<i>Disposição do lixo</i>	235
§ 7º	219	Inciso III	236
Inciso I	219	<i>Processos geológico-geotécnicos</i>	236
Inciso II	219	<i>Riscos geológicos</i>	236
§ 8º	219	Inciso IV	236
§ 9º	220	Inciso V	237
§ 10	220	Inciso VI	237
§ 11	220	Inciso VII	237
§ 12	220	Art. 65	237
<i>Áreas públicas de preservação perma- nente podem ser ocupadas por parti- culares?</i>	220	<i>Assentamento parcialmente em área de risco</i>	237
§ 13	222	§ 1º	237
Inciso I	222	Inciso I	237
<i>Regeneração natural induzida</i>	222	Inciso II	238
Inciso II	222	Inciso III	238
Inciso III	223	Inciso IV	239
Inciso IV	223	Inciso V	239
<i>Espécies pioneiras e espécies exóticas</i>	223	Inciso VI	239
<i>MP nº 571</i>	223	Inciso VII	239
Inciso V	223	Inciso VIII	239
§ 14	224	<i>O que é risco ambiental ?</i>	239
§ 15	224	Inciso IX	240
		Inciso X	240

- Índice Alfabético-Remissivo do Código Florestal 267

ESTUDO COMPARADO 273

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 317